

Boletim Número 91**Data: Janeiro – Fevereiro – Março/2022****EDITORIAL**

O Boletim de nº 91 traz os assuntos de destaque na América Latina no primeiro trimestre de 2022, referentes a esta publicação. Este boletim trata das enchentes ocorridas em Petrópolis, em fevereiro de 2022, que deixou mais de 230 mortos no total. Também refletimos sobre o Dia Internacional das Mulheres, comemorado no dia 8 de março, e o que “significa ser mulher” no Brasil. Além disso, trazemos também uma reflexão sobre a invasão na Ucrânia e como o conflito atinge a América Latina.

A equipe do PROEALC se faz presente na seção “Espaço Aberto”: a bolsista-pesquisadora Thaís Lopes Cortes escreve sobre moradias em áreas de risco no Brasil, enquanto as bolsistas-pesquisadoras Brena Ferreira e Pâmella Menezes apresentam um artigo sobre as vítimas da segurança pública no Brasil e quais vidas são consideradas socialmente descartáveis. Por último, trazemos a agenda acadêmica, com eventos online, lives e afins do trimestre e indicações de lançamentos de livros e coletâneas, com temas de relevância para a América Latina e Caribe.

Desejamos a todos boas reflexões e uma boa leitura.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
Vitor de Araujo Ferreira
Bolsista pesquisador do PROEALC

*Em Foco I****Nem tiro, nem enchentes, o povo negro quer viver!***

Por Anielle Franco
21/02/2022

Iniciamos a semana passada com a triste notícia do assassinato do Hiago Macedo de Oliveira Bastos, vendedor de balas, 22 anos de idade, pai de uma bebê de dois anos. Na última segunda-feira (14/02/2022), o jovem foi morto a tiros em plena luz do dia por um policial militar de folga em frente ao terminal das barcas onde Hiago trabalhava em Niterói, estado do Rio de Janeiro.

Mais um jovem negro que não voltou para casa no fim do dia. Mais uma vida perdida para a estatística de genocídio da juventude negra no país. Segundo a ONU, a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil. Não à toa, gritamos que vidas negras importam! Queremos o fim do genocídio e da violência policial contra nossos corpos. O racismo nos coloca diante do medo cotidiano pelas nossas vidas e ele não se operacionaliza apenas pela violência do braço armado do Estado, mas nos mata das mais diversas formas.

O racismo está colocado tanto nesta situação, na qual um jovem negro ao tentar vender uma bala foi assassinado pela polícia, como está presente na modalidade do racismo ambiental que se mostra em casos de emergência climática. Isso pode até parecer um assunto totalmente diferente, mas se analisarmos mais detidamente, perceberemos que o aquecimento global torna cada vez mais comuns eventos como a tempestade e deslizamentos ocorridos em Petrópolis na semana passada, ocasionando a destruição de casas e a morte de pessoas que, em sua maioria, são negras e pobres.

Na coluna desta semana, não poderia deixar de prestar toda minha solidariedade à população de Petrópolis, que, um dia após a morte de Hiago, sofreu com chuvas intensas e centenas de deslizamentos de terra que deixaram mais de 100 mortos — número que só cresce com o passar das horas e dias. Muitos vídeos viralizaram nas redes sociais mostrando imagens chocantes de deslizamentos de terras e ruas e avenidas transformadas em rios, arrastando tudo pelo caminho: árvores, carros, ônibus e gente. Os estados da Bahia e Minas Gerais também passaram por chuvas intensas que deixaram dezenas de mortos e causaram danos a centenas de municípios.

Segundo os cientistas, tais eventos vêm se tornando cada vez mais comuns devido às mudanças climáticas. Por isso, longe de ser "falta de visão do futuro" de pessoas que moram em áreas onde ocorreram deslizamentos de terra, o que estamos vendo é o resultado da falta de políticas de contenção de morros e encostas, mas também da emergência climática que se agrava a cada dia, e que, apesar de consistir em uma ameaça para a existência da humanidade como um todo, atinge mais fortemente pessoas negras e pobres sem acesso a áreas seguras dos centros urbanos para morar, ou muitas vezes, sem acesso à moradia, ao saneamento básico ou à coleta seletiva.

Assim, a população negra é sistematicamente submetida a situações de degradação ambiental. O racismo não apenas mata com tiro todos os dias mas também, no âmbito ambiental, justifica as mortes por deslizamento e alagamento.

Por tudo isso, acredito que a mudança para o enfrentamento ao racismo precisa ser estrutural, para que o povo negro possa viver e viver bem, sem medo de morrer de bala, de fome, de deslizamento de barreira... Pelo fim do genocídio da população negra! Vidas negras importam!

Link: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/anielle-franco/2022/02/21/nem-tiro-nem-enchentes-o-povo-negro-quer-viver.htm>

Em Foco II

8 de março: a quem é dado o direito de ser mulher?

Por Dindara Ribeiro
08/03/2022

Em 1851, a afro-americana abolicionista e ex-escrava SojournerTruth deu o pontapé inicial para questionar o espaço das mulheres negras na sociedade. Com o discurso 'E eu não sou uma mulher?', feito durante a 1ª Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres em Ohio (EUA), Sojourner trouxe à tona as camadas sociais que colocam as mulheres negras em um lugar de maior vulnerabilidade, expondo os discursos racistas, classistas e sexistas da hegemonia branca masculina e também das mulheres brancas que lideravam os movimentos por direitos iguais.

"Dei à luz treze crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?", questionou Truth.

Ainda hoje, passados mais de 170 anos após o discurso da ativista, o questionamento de SojournerTruth ecoa atemporal e traz a reflexão sobre a importância do debate das interseccionalidades sobre o direito das mulheres. Afinal, a quem é dado o direito de ser mulher?

Para Lindinalva De Paula, representante da Rede de Mulheres Negras do Estado da Bahia, a romantização em torno do Dia Internacional da Mulher e o surgimento da luta, baseado na narrativa de mulheres brancas, é uma das barreiras a serem enfrentadas pelas mulheres negras e indígenas.

"Durante um bom tempo eu não conseguia me enxergar dentro dessa luta feminista porque as nossas pautas e reivindicações vão para além do patriarcado, da garantia dos direitos e também dos perfis sociais que são traçados na sociedade a partir da classificação do gênero: masculino e feminino", conta Lindinalva, que também integra a Frente Nacional MakotaValdina.

Assim como fez Sojourner no século XIX, lideranças negras ainda lutam pelo reconhecimento das suas narrativas e pelo direito de existir. Dados do Atlas da Violência de 2021 mostram que as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no Brasil, totalizando 66% dos assassinatos. Um levantamento do Instituto Sou da Paz mostrou que as mulheres negras nordestinas são as maiores vítimas de crimes cometidos com arma de fogo, representando cerca de 70,5% das mulheres negras que ocupam o quadro de vítimas de violência por gênero.

"Sabemos que o feminicídio e o genocídio tem cor, raça e sexualidade. Nós devemos pautar isso dentro do 8 de março e dizer que as mulheres morrem, mas quem morre são as mulheres negras que estão desempregadas e a população feminina que sempre é atacada: as mulheres negras, indígenas, LBTT [lésbicas, bissexuais, trans e travestis]", destaca Lindinalva de Paula.

A ativista completa apontando que a construção social do que é ser mulher a partir de um referencial hegemônico também gera desafios que ainda se fazem presentes na luta pelo direito das mulheres. "Essas são as dificuldades, trazer algumas pautas dentro do 8 [de março] para quebrar a hegemonia dessa universalidade de que somos mulheres e somos iguais. É totalmente o contrário: somos mulheres e somos totalmente diferentes", pontua Lindinalva.

'Nada de sexo frágil, somos mulheres de luta'

Em setembro do ano passado, mais de quatro mil mulheres se reuniram em frente à Câmara dos Deputados, em Brasília, para denunciar uma série de violações e violências cometidas contra mulheres indígenas em seus territórios. O encontro reuniu lideranças indígenas que também vem transformando o cenário da diversidade política no Brasil, como JoeniaWapichana, primeira mulher indígena eleita como deputada federal no país, e Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos povos indígenas do Brasil (Apib).

Somente em agosto do ano passado, duas jovens indígenas: Daiane Griá, 14 anos, e Raíssa Silva, de 11 anos, foram violentadas, estupradas e assassinadas brutalmente nas terras

indígenas de Bororó (MG) e Guarita (RS). Os casos provocaram um movimento nacional pelo fim da violência contra mulheres originárias e busca frear a lógica colonial que insiste em violar esses corpos.

A professora, historiadora e integrante da Associação de Mulheres Guerreiras Indígenas Potiguara (AMGIP), Cristiane Padilha, foi uma das lideranças presente na 2ª Marcha Nacional de Mulheres Indígenas e entende que o debate das interseccionalidades também é caro às mulheres originárias, que muitas vezes são invisibilizadas dentro da pauta das mulheres.

Para ela, a inclusão das indígenas nos debates e espaços de poder contribuem para a construção de narrativas que visibilizam lutas que antes eram excluídas do debate público, como a violência contra as indígenas.

"Mesmo sendo indígenas, a gente também vivencia muita coisa do que qualquer outra mulher da nossa sociedade vivencia e uma das pautas é a questão da violência doméstica, do nosso espaço como mulher dentro do trabalho, que muitas vezes ainda somos muito discriminadas", diz a indígena natural da Baía da Traição, município paraibano com maior reserva indígena dos índios Potiguaras.

Como professora há mais de 20 anos, Cristiane também acredita que é possível transformar a sociedade por meio da educação. Nascida em uma família de mulheres indígenas integrantes de movimentos sociais, a historiadora vê a necessidade de romper com as narrativas coloniais dentro das escolas, trazendo o protagonismo feminino como estruturantes dentro das comunidades.

"A gente precisa de mulheres que tenham vez e voz de falar, de lutar pelo seu povo, de lutar pela sua cultura que muitas vezes é discriminada. Essa liberdade que a gente está criando, esse empoderamento é muito importante, mas a gente tem que ter mais espaço porque para a gente viver em uma sociedade não desigual, é preciso saber aceitar e respeitar os espaços da mulher indígena", ressalta Cristiane.

Sobre o avanço da articulação das mulheres indígenas nos setores sociais, a professora enxerga com esperança o futuro da luta indígena e completa: "A gente não tem nada de sexo frágil, somos mulheres de luta", destaca a potiguar.

Reflexão

A necessidade da inclusão também reflete na garantia do direito à vida de corpos e existências historicamente excluídas do movimento feminista, como as mulheres travesti e transexuais. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2021, o Brasil registrou 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 de travestis e mulheres transexuais e cinco casos de homens trans e pessoas transmasculinas. Os números também revelam um aumento de 141% em comparação a 2008, ano em que o monitoramento foi iniciado.

Segundo a covereadora da Bancada Feminista do PSOL, Carolina Iara, é preciso que o feminismo siga alerta e traga discursos a partir da vertente interseccional, provocando o debate em torno das pautas de gênero, raça e classe.

"Pra mim, sendo uma mulher travesti, intersexo e preta, a reflexão e luta se entrecruza com o racismo que minhas ancestrais negras passaram sob a chibata, o meu corpo extremamente sexualizado pela sociedade e visto como algo público, assediável, ao mesmo tempo que convivo com a ameaça constante da violência transfóbica que pode me matar, e que tem relegado a expectativa de 35 anos", reflete a covereadora.

Pelo 13º ano consecutivo o Brasil continua na primeira posição do país que mais assassina pessoas transexuais em todo o mundo. No cenário político, o desmonte de políticas públicas em torno da vida e da garantia de direitos para as mulheres travestis e transexuais também é visto como parte das estruturas que violentam os corpos dissidentes.

"Acredito que enxergar a exploração sexual que travestis e mulheres trans estão submetidas - como a prostituição compulsória, falta de empregabilidade, tráfico humano, procedimentos médicos e modificações corporais clandestinas por falta de acesso à saúde, assim como transfeminicídio expresso no fato de a maioria das mortes de pessoas trans serem de mulheres trans e travestis - são motivos mais que contundentes para que a pauta trans esteja elencada nas lutas feministas do 8M", aponta Carolina Iara.

Sobre os debates que ainda precisam ser feitos no campo da luta feminista interseccional, a covereadora avalia uma urgência em debater a política sexual em vigência no governo Bolsonaro difundido pelo ultraneoliberalismo no Brasil, que tem negado às mulheres travestis e trans o acesso a direitos básicos, como saúde e segurança.

"O ultraneoliberalismo no Brasil tem acabado com orçamentos e até direitos no que se refere à saúde sexual, o combate à esterilização forçada de mulheres negras, e à oferta de condições materiais para ajudar as mulheres a escaparem da violência doméstica e pobreza menstrual (assim como demais pessoas com útero). Sem esses avanços mínimos, ainda teremos a vida das mulheres (todas elas, mas majoritariamente as negras e indígenas), e das LGBTQIA+ em risco", avalia Carolina Iara.

Link: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/8-de-marco-a-quem-e-dado-o-direito-de-ser-mulher>

Em Foco III

O que fazer depois do desastre de Petrópolis?

Por Tainá de Paula
06/03/2022

Há diversas evidências de que eventos e desastres climáticos passarão cada vez mais a se tornar parte do nosso dia a dia, resultado do aquecimento global, do desmatamento e da ocupação desordenada dos territórios, afetando a agricultura, os ecossistemas naturais e reconfigurando nossa ocupação, resultando em um Brasil cada vez mais vulnerável aos extremos da variabilidade de clima. Já fiz um texto aqui na coluna abordando isso e Petrópolis nos obriga a revisitar o debate.

O acordo assinado por mais de 200 países na COP 26 - Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas - resultou em um acordo para garantir o cumprimento da meta de limitar

o aquecimento global a 1,5C, a necessidade de redução global das emissões de dióxido de carbono em 45% até 2030, e de neutralidade de liberação de CO2 até 2050, resultando na agenda 2050 global.

Paralelo a isso, teríamos que contribuir localmente para a agenda, diminuindo os impactos das mudanças acumuladas ao longo dos séculos de desenvolvimentismo baseado em extrativismo e acumulação, além de estabelecer outras diretrizes de produção e relação com a ocupação do solo. Crescimento das ocupações irregulares, ausência de planejamento e a negligência da agenda geral de país causarão cada vez mais ocorrências como Bahia, Franco da Rocha e Petrópolis, e os impactos deixarão cada vez mais pessoas expostas cotidianamente ao que parece ser o grande tema urbano do século 21. Ao contrário das pandemias, os impactos das mudanças climáticas são pouco previsíveis e pouco mitigáveis. A "vacina" virá de um conjunto de fatores que devem ser somados e implementados.

O estrago provocado pela negligência com o planejamento urbano e pelo padrão de ocupação das cidades brasileiras se escancara e assume proporções catastróficas em regiões de serra, como é o caso de Petrópolis. Apesar de um grande conjunto de planos e projetos urbanos, a cidade parte de um passado planejado, com ampla relação com seus rios e morros, mas uma dinâmica recorrente de negação de seus problemas ao longo da história. Exclui os mais pobres de seu planejamento e restringe o acesso às áreas fora do mapa de risco, liberando para o mercado privado o valor de terra das áreas ocupáveis de fato. Resultado: quanto mais vulnerável o indivíduo, mais vulnerável será o território que ocupa.

A falta de planejamento habitacional e a falta de enfrentamento ao aumento do valor da terra é algo imprescindível para os desafios de uma cidade média como Petrópolis. Impedir que os mais pobres habitem locais seguros é perpetuar os impactos dos desastres climáticos e institucionalizar a desigualdade. Em tempos de nova agenda urbana, é importante reforçar a necessidade de políticas nacionais de acesso à moradia, como o Minha Casa Minha Vida, porém atrelados a subsídios de enfrentamento a projetos de drenagem e geotecnia, associando projetos de infraestrutura, numa espécie de PAC Minha Casa, Minha Vida 4.0. Afinal, um dos principais dificultadores de um projeto habitacional é o financiamento da terra urbanizada, ao mesmo tempo acessível aos mais pobres.

Não é tarefa fácil. O déficit habitacional de Petrópolis é em torno de 12 mil unidades. Imóveis inadequados beiram o número de 30 mil. Pensar uma agenda de hiper investimento público e que insira não apenas o Estado, mas a sociedade civil e setores privados é fundamental. Fundos urbanos, impostos verdes e benefícios fiscais e tributários à iniciativa privada que se alinhem a uma agenda de resiliência urbana, são parte de uma estratégia de financiamento para além da cultura distributiva a fundo perdido que os desafios urbanos demandam cada vez mais. Os instrumentos urbanísticos precisam ganhar versão 4.0 e virar prioridade 01 de toda cidade que precisa ter capacidade de investimento em seus problemas locais.

Dito isto, associada à agenda de planejamento e investimento urbano, é preciso investir nas pessoas. A política de reparação, de memória da catástrofe e de resiliência da cidade precisam ser a chave para um novo ciclo urbano. Centros de Referência, de acolhimento e de debate precisam figurar em Petrópolis, para que a cidade se firme como uma das cidades do mundo exemplo da resiliência urbana e bem-viver. É preciso cuidados públicos e coletivos para que as marcas do desastre passem e as construções possíveis consolidem uma cultura de cuidado entre os moradores. Chile, Tóquio e Los Angeles, cidades irmãs no combate aos desastres

climáticos são hoje importantes polos de pesquisa sobre terremotos, chuvas e incêndios, demonstrando um caminho importante que a cidade serrana deve seguir.

Por último, é preciso estimular projetos inovadores. Novas soluções de drenagem, de muros drenantes, de contenções e cortinas atirantadas. Uma cidade com mais rios, com nova organização urbana, com novas áreas de concentração, desadensada em algumas áreas e adensadas em outras. É preciso pensar a Petrópolis do amanhã e, para isso, é necessário convocar nossos planejadores ao debate: qual é a resposta que daremos à negligência histórica do Brasil à agenda ambiental e urbana? Os petropolitanos podem ter hoje as respostas que muitas outras cidades precisam. Em frente.

Link: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/taina-de-paula/2022/03/06/o-que-fazer-depois-do-desastre-de-petropolis.htm>

Em Foco IV

"Despejo Zero" no 17M: é pela vida das mulheres do campo e das cidades que tomamos as ruas

Por Direitos e Movimentos Sociais
17/03/2022

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 suspendeu os despejos urbanos e rurais até 31 de março de 2022 em todo território nacional. Segundo nota técnica do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), mais de 24 mil pessoas foram protegidas pela suspensão de despejos, remoções e reintegrações de posse por meio de decisões de ministros e ministras em Reclamações Constitucionais ajuizadas no Supremo.

Na véspera do final do prazo estipulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 828, a Campanha Despejo Zero tem solicitado sua extensão. A pandemia não está controlada e vivemos um aprofundamento da crise social, com aumento do desemprego, do valor da cesta básica, da luz, do gás de cozinha e do preço dos aluguéis, num cenário de ausência de políticas públicas de habitação por interesse social e de desmonte da Reforma Agrária.

São mais de 132 mil famílias ameaçadas de despejos nas diversas regiões do país. Os dados recentes da Campanha Despejo Zero apontam que houve o aumento de 602% de famílias ameaçadas de despejo desde o início da pandemia. No campo, são 30 mil famílias de 200 áreas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ameaçadas por liminares de despejos. Entre as pessoas despejadas e ameaçadas de despejos no contexto da pandemia figuram muitas crianças e mulheres, especialmente mulheres negras e mães solas.

Os dados da Fundação João Pinheiro, de 2016 a 2019, já apontavam para o crescimento do déficit habitacional entre os domicílios com mulheres chefes de família. O contexto da pandemia aprofundou ainda mais as desigualdades sociais, raciais e de gênero.

É fundamental que o STF prorrogue os efeitos da cautelar da ADPF 828 sob pena dessas milhares de famílias, muitas compostas majoritariamente por mulheres negras, sejam despejadas de suas casas.

Também é muito importante que o STF estabeleça critérios de transição e condicionantes para o período pós-pandemia, como, por exemplo, a realização de audiências de mediação e conciliação pelos juízes nos conflitos fundiários, assim como disciplinou a Lei nº 14.216 de 2021 e a Resolução nº 10/2018 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Pesquisas apontam que a magistratura brasileira pouco realiza audiências nesses casos. A pesquisa realizada para o Conselho Nacional de Justiça aponta que em apenas 20% dos processos analisados existiu menção à convocação de audiências de conciliação e mediação, apesar da previsão no atual Código de Processo Civil.

Por esse motivo, os movimentos populares urbanos e rurais estão mobilizados pela vida no campo e nas cidades. Mais de 2 mil famílias sem terra estão se mobilizando para enviar cartas aos Ministros do STF solicitando a prorrogação dos efeitos da ADPF 828.

A Campanha Despejo Zero estará nas ruas no dia 17 de março em diversas cidades do país, articulando diversos movimentos, organizações populares e apoiadores para reivindicar o direito à moradia adequada, a prorrogação da suspensão dos despejos pelo STF e políticas públicas habitacional popular e Reforma Agrária.

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/17/despejo-zero-no-17m-e-pela-vida-das-mulheres-do-campo-e-das-cidades-que-tomamos-as-ruas>

Em Foco V

A invasão da Ucrânia bagunça tabuleiro geopolítico na América Latina

Por Francesc Badia I Dalmases & Juanita Rico
07/03/2022

Por seu caráter violento e inédito na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, a agressão russa à Ucrânia vai reconfigurar os espaços geopolíticos e ideológicos que definem o mundo desde o fim da Guerra Fria. A batalha em Kiev não é mais entre capitalismo e comunismo, mas entre a democracia liberal europeia e a tirania russo-soviética.

Mas às vezes a história se move mais rápido do que as mentes, e as tradições ideológicas herdadas são difíceis de atualizar quando a realidade muda de repente. As feridas dos ultrajes e da violência do imperialismo norte-americano na América Latina no século 20, para não mencionar as do colonialismo europeu anterior e contemporâneo, continuam abertas.

Assim, condicionados por esses fatores, os governos latino-americanos vêm se posicionando em relação à guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

É fundamental entender de onde vêm esses pronunciamentos e, sobretudo, como e por que ocorreu a reaproximação entre alguns governos do Sul Global e o governo Putin.

Em fevereiro deste ano, pouco antes da escalada do conflito, o vice-primeiro-ministro russo, Yuri Borisov, visitou vários países latino-americanos. Borisov se encontrou com o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, e com os líderes da Nicarágua e Cuba, três regimes há muito apoiados pela Rússia. Da mesma forma, o presidente russo, Vladimir Putin, se reuniu com Jair

Bolsonaro, do Brasil, e Alberto Fernández, da Argentina, países tradicionalmente distantes da Rússia. Ambos os presidentes buscam oportunidades econômicas e vantagens com um interlocutor disposto a fazer negócios para desestabilizar a ordem.

O distanciamento dos Estados Unidos da América Latina nas últimas duas décadas deixou um vazio que outros atores vêm preenchendo, desde o crime organizado até os interesses chineses e russos.

Após alguma hesitação inicial, e diante de uma perigosa escalada no conflito entre Rússia e Ucrânia, Brasil e Argentina oficialmente condenaram a invasão russa. No entanto, houve também certa ambivalência, uma vez que ambos os países evitaram acusar a Rússia de levar a cabo uma "invasão ilegal" merecedora das mais severas sanções, uma asserção fortemente partilhada pelos EUA e a União Europeia, e que conta com a adesão de países da região governados por líderes tanto de esquerda como de direita, incluindo Colômbia, Equador, Costa Rica, Peru e Chile.

Essas rachaduras mostram que, diante do cenário complexo e mutável da guerra na Ucrânia, há alguma penetração e influência russa na América Latina e o que acontece em solo ucraniano não será indiferente à região e terá consequências políticas irreparáveis.

Simbolizando a extensão da repercussão da guerra entre os ministérios das Relações Exteriores na América Latina, duas das capitais historicamente aliadas políticas da Rússia, Caracas e Manágua, cortaram comunicação com Bogotá, a capital colombiana. Esse tipo de dilema diplomático e político influencia tensões já graves para o hemisfério sul, como a complexa crise humanitária na Venezuela que já levou mais de 6 milhões de pessoas a deixarem o país nos últimos anos — a maior leva de refugiados do mundo depois da Síria.

Essas posições diversas e opostas podem, se persistirem, atrasar a já enfraquecida integração regional na América Latina, fundamental para o avanço de sua agenda de inserção internacional e para a superação coletiva da crise econômica e social agravada pela pandemia de Covid-19. Apesar de seus esforços, Putin não conseguiu dividir os 27 países da União Europeia com esta guerra, mas divide a comunidade latino-americana.

Com os números de infecções por Covid-19 em queda na região, esperava-se que a articulação entre blocos sub-regionais, como a Aliança do Pacífico e o Mercosul, melhorasse o diálogo entre os países, o que não aconteceu com vacinas, diferentemente da Europa, que mutualizou a compra e distribuição dos imunizantes. A Covid-19 paralisou os cenários de diálogo multilateral, que agora serão mais difíceis de consolidar se as rachaduras ideológicas causadas pela invasão da Ucrânia se aprofundarem.

A América Latina responde

Após a invasão, a Rússia encontrou aliados incondicionais em alguns países latino-americanos. Cuba, Venezuela e Nicarágua declararam seu apoio ao Kremlin e legitimaram a operação militar de Putin contra a Ucrânia. Mesmo assim, não ousaram votar contra a resolução da Assembleia Geral da ONU que condenou a agressão russa. Em vez disso, Cuba e Nicarágua se abstiveram de votar, assim como a Bolívia. O voto da Venezuela não foi computado por falta de pagamento de sua adesão à ONU.

Em mensagem televisionada antes da invasão, Maduro perguntou: “O que o mundo quer? Que o presidente Putin fique sentado de braços cruzados e não haja em defesa de seu povo?”. Em

ligação telefônica com Putin transcrita pelo Kremlin, Maduro “manifestou forte apoio às ações decisivas da Rússia, condenou a atividade destabilizadora dos Estados Unidos e da OTAN e enfatizou a importância de combater a campanha de mentiras e desinformação lançada por países ocidentais”. Após a invasão da Ucrânia, Maduro reafirmou sua posição.

A posição de Maduro é compartilhada pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), que afirma que a Rússia tem o direito de se defender diante da constante ameaça de potências imperialistas, uma narrativa que repercute na Venezuela. Com seu posicionamento, o governo bolivariano, que sobrevive em parte graças a importantes créditos russos, demonstra sua total dependência política da Rússia. De fato, o chanceler Félix Plasencia escreveu em sua conta no Twitter que "a paz na Rússia é a paz no mundo".

Durante a escalada retórica que precedeu a guerra, a Rússia chegou a ameaçar implantar mísseis na Venezuela, já um cliente tradicional de suas armas.

Seguindo os passos de Maduro, o governo nicaraguense de Daniel Ortega também mostrou apoio incondicional a Putin. O presidente aplaudiu a decisão do Kremlin de reconhecer a independência de Donbass e Lugansk e criticou as sanções impostas pelos Estados Unidos e pela União Européia em resposta à invasão. A fraternidade entre os dois países é extensa. No mesmo dia em que a Rússia iniciou a guerra, o presidente da Duma (parlamento russo), Vyacheslav Volodin, visitou Manágua em meio a grandes demonstrações de afeto.

Outros países da região, no entanto, têm se manifestado abertamente em sua oposição à invasão russa da Ucrânia, como México, Colômbia, Chile, Costa Rica, Peru e Equador. Embora não tenham rompido relações com a Rússia, rejeitam abertamente a invasão.

Por sua vez, Bolsonaro mantém uma posição ambígua. De acordo com o presidente brasileiro, os interesses brasileiros envolvem garantir o fornecimento de fertilizantes russos para a agricultura, uma questão "sagrada", segundo ele. No entanto, Bolsonaro parece interessado em garantir apoio de Putin para a sua campanha eleitoral, como sua recente visita ao Kremlin sugere.

Embora por motivos diferentes, a Argentina também se aproximou de Moscou. Em visita a Moscou em 3 de fevereiro, Fernández agradeceu a Putin pelas remessas da vacina "Sputnik" e ofereceu seu país como "porta de entrada para a América Latina". Fernández suavizou seu discurso após a invasão, mas o abandonou completamente. Fernández condenou a invasão e votou contra a invasão na Assembleia Geral da ONU, mas não disse que romperá com Putin. Para setores da velha esquerda argentina, pátria de Che Guevara, qualquer oportunidade de culpar o "imperialismo ianque" deve ser aproveitada.

As posições conflitantes de alguns líderes latinos mostram que as divisões entre democracias liberais e autocracias são profundas na região. Essa guerra na Europa, apesar de acontecer a milhares de quilômetros da América Latina, pode acabar com as esperanças de uma real integração regional e de uma estratégia de saída coordenada da pandemia. O que não aconteceu durante a longa crise da Covid-19, hoje desapareceu entre a fumaça das bombas que enevoam Kiev.

Link: <https://www.opendemocracy.net/pt/guerra-ruso-ucraniana-bagunca-tabuleiro-geopolitico-america-latina/tps://www.brasildefato.com.br/2021/12/10/artigo-73-anos-da-declaracao-dos-dh-o-clamor-do-direito-humano-e-a-saude-no-brasil-2021>

Espaço Aberto I

A história se repete como tragédia ou como farsa: aportes ao debate sobre moradias em áreas de risco socioambiental no Brasil

Por Thaís Lopes Cortes *

“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”
(MARX, 2011, p. 25).

Em fevereiro de 2022, mais uma vez, a história se repete no Brasil. As chamadas chuvas de verão atingiram a cidade de Petrópolis, localizada na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, vitimando 233¹ vidas e deixando mais de 1000 pessoas desabrigadas. Rapidamente, o drama vivido pelos petropolitanos, ganhou as manchetes nacionais e reacendeu uma série de debates sobre moradias em áreas de risco.

Partimos da premissa que as inundações, os desmoronamentos e os deslizamentos ocorridos em Petrópolis e em outras cidades brasileiras, nestes últimos meses, tratam-se de **desastres socioambientais**. Portanto, estes eventos, para além dos aspectos geobiofísicos, guardam estreita relação com as dimensões sociais, econômicas e políticas, da formação social brasileira. Como resultado do processo de colonização, temos uma extrema concentração de terras e de poder, que se aprofundaram e se reproduziram ao longo do tardio processo de urbanização brasileiro, que somado aos baixos salários, definiu muito bem, as áreas das cidades destinadas aos trabalhadores empobrecidos.

É em áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário, nas periferias urbanas, em terrenos longínquos do centro da cidade, com dificuldade de acesso a serviços de infraestrutura, que os trabalhadores constroem as suas casas, nas horas vagas, com escassos ou com nenhum recurso. Tratam-se das denominadas autoconstruções.

Nessas áreas, a lei do mercado formal não prevalece, porque são aquelas mais expostas a ocorrência de inundações, de desmoronamentos, de alagamentos e de deslizamentos, como beira de córregos e encostas de morros. E assim, essas ocupações, sejam elas em terrenos de domínio público ou privado vêm sendo historicamente toleradas, pelo poder público, desde que, não interfiram na realização do lucro imobiliário.

Essas áreas são ignoradas e esquecidas, quando muito, são executados programas pontuais de acesso à luz e à água, sobretudo em períodos eleitorais, nos quais utiliza-se da barganha eleitoral, na relação favor – voto, mas nunca na ótica do direito. À medida que recebem serviços básicos e necessários à vida na urbe, esses assentamentos se expandem velozmente, conformando o urbanismo incompleto ou inexistente.

Há mais de 20 anos, Rolnik (1999) já nos chamara atenção para o fato de que, nas periferias urbanas brasileiras, prevalece o *urbanismo do risco*. Este, por sua vez, consiste na insegurança

¹ MARQUES, Ariane. *Tragédia em Petrópolis chega a 233 mortos; há quatro desaparecidos*. Disponível: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/03/04/tragedia-em-petropolis-chega-a-233-mortos-ha-quatro-desaparecidos.ghtml>. Acesso em: 24. março. 2022.

dos terrenos, devido as suas características ambientais e na insegurança das construções, que não contam com os artefatos necessários, como alicerces, vigas e o uso de técnicas, como da engenharia ou da arquitetura.

Nas últimas décadas, devido às mudanças climáticas, o Brasil tem sido acometido por inundações e por deslizamentos com maior frequência. Nestes contextos, os mais sensíveis, são os trabalhadores empobrecidos, que, quando não perdem a própria vida, da noite para o dia, perdem tudo o que construíram durante décadas das suas vidas, como podemos assistir nos noticiários televisivos. E, por conseguinte, são aqueles que também apresentam maiores dificuldades para reconstruírem as suas casas e as suas vidas, porque constituem-se naquela ampla parcela da população, que permanece perene aos trabalhos informais², mal remunerados e sem salários pré-estabelecidos, o que dificulta o acesso ao mercado formal e legal de terras.

Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizou uma pesquisa intitulada “*População em áreas de risco no Brasil*”, em parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), para delimitar e conhecer as áreas de risco no país, seguindo as recomendações do Marco de Ação de Sendai (2015-2030), que tem como paradigma a redução de riscos de desastres (IBGE, 2018). Os resultados deste estudo apontam que, mais de 8 milhões de brasileiros residiam em áreas de risco. A projeção para o ano de 2022, é que 9,5 milhões de pessoas residam nessa situação.

Apesar do estudo analisar o fator ambiental, não há como desconsiderar que, se trata também de um risco social, portanto, socioambiental. Ao ampliarmos os nossos horizontes de análise, podemos constatar que, 20,3% da população que residia em áreas de risco, moravam em aglomerados subnormais, que segundo a classificação do IBGE, se constituem em áreas de ocupação irregular. Dessas, 75% das casas, situam-se em áreas sujeitas ao deslizamento de terras, enquanto 25% residem em áreas de risco de inundação, de enxurrada, dentre outros (IBGE, 2018).

Ao mesmo tempo em que, a ocorrência dos desastres socioambientais tem sido mais regular, como vivenciado em fins de 2021 e início de 2022, na Bahia, em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o governo federal reduziu em 45% os recursos destinados ao combate a desastres³, para o ano de 2022. Além disso, houve uma redução orçamentária para a construção de moradia popular, por meio do expressivo corte de 98% dos recursos do Programa Casa Verde e Amarela⁴, que exclui justamente essa parcela da população com menor poder aquisitivo, da qual, parte substantiva reside em áreas de riscos socioambientais.

Com esse orçamento supramencionado, a tendência é que a intervenção estatal continue a se pautar na situação emergencial, caso ocorra um desastre. Isto é, no provimento de abrigos temporários, refeições, água e outros itens de caráter emergencial, que se pautam no momento do desastre, desconsiderando a sua dimensão social. Posteriormente, a população ficará à mercê de programas habitacionais que continuam a empurrá-la para áreas ainda mais afastadas

² ESTADÃO. *Brasil atinge taxa de informalidade de 40,4% no trimestre até janeiro, diz IBGE*. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/03/epoca-negocios-brasil-atinge-taxa-de-informalidade-de-404-no-trimestre-ate-janeiro-diz-ibge.html>. Acesso em 24. março. 2022.

³ MENDES, Guilherme. *Governo Federal reduz em 45% recursos para combate a desastres*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/governo-federal-reduz-recursos-para-combate-as-enchentes/>. Acesso em: 23. março. 2022.

⁴UOL. *Governo corta 98% dos recursos do Orçamento para novo Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida.htm>. Acesso em: 03. out. 2021.

da cidade, onde se situam os terrenos mais baratos, longe da centralidade econômica, do trabalho e dos serviços socioassistenciais. Sob esta perspectiva, perpetua-se a negação de uma série de direitos humanos básicos, como assistência, lazer, saúde, educação, dentre outros. Além de reproduzir e ampliar as desigualdades sociais e também territoriais, por meio da construção de muralhas invisíveis, que dividem a “cidade pobre” da “cidade rica”.

O que interessa chamar atenção aqui é que, as ocupações das áreas de riscos socioambientais, se dá em função da falta de alternativas para moradia em condições mais bem servidas de serviços infraestruturais e em terrenos adequados para a moradia. Ao contrário do que é propagado por aqueles que parecem desconhecer a realidade brasileira, não falta visão de futuro, falta investimentos públicos que possibilitem que a moradia em condições dignas se torne um direito real e não apenas ideal.

Podemos evidenciar que é o modo de produção capitalista é o reprodutor das áreas de riscos socioambientais, ao determinar que, a necessidade da reprodução ampliada do capital, se sobreponha ao direito à moradia. É sob esta lógica da valorização e da especulação imobiliária, que as áreas ambientalmente frágeis são relegadas aos trabalhadores empobrecidos. Não importando se, a ocupação possa resultar em centenas de vidas perdidas a cada vez que a tragédia da inundação, da enchente, do deslizamento e do desmoronamento, se repete na história brasileira. Não mais como tragédia, mas como farsa, pois essas áreas são historicamente ignoradas pelos investimentos públicos, que se concentram majoritariamente nas áreas atrativas ao mercado e à especulação imobiliária.

*** Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/CCS/UERJ).**

Referências Bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População em áreas de risco no Brasil*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacaoareasderisco/#/home>. Acesso em: 24. março. 2022.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, Legislação e desigualdade*. São Paulo: *Estudos Avançados*, v.17, n.48, 2003.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROLNIK, Raquel. *Exclusão Territorial e Violência*. São Paulo: *São Paulo em Perspectiva*, 1999.

Espaço Aberto II

Vítimas da Segurança Pública: as vidas "descartáveis" do Brasil

Por Brena Ferreira* e Pâmella Menezes**

A política de segurança pública brasileira, pensada teoricamente para garantir a segurança dos cidadãos, na prática se contradiz, promovendo uma guerra não anunciada que mata civis diariamente. Nesse ínterim, parte-se do pressuposto de que as ações da segurança pública brasileira são a expressão da violência direcionada a segmentos da população, tornando a vida das pessoas descartáveis aos olhos da sociedade brasileira.

Antes de tudo, precisamos pontuar que o Estado de diversas maneiras legitima e/ou facilita a violência direcionada. Dessa forma, destacamos uma situação em que a pontuação feita se confirma: o presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, enviou ao Congresso Nacional - representação do poder legislativo brasileiro no âmbito federal, composto pelo Senado Federal e pela Câmara de Deputados - um projeto de lei que visa isentar de punição (caso tenham cometido crimes) as forças coercitivas estatais (policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, ferroviários federais, corpo de bombeiros militares e militares das forças armadas) que estejam atuando em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Neste caso, o que o Jair propõe como lei é ampliar, em níveis desproporcionais, um direito que já é garantido no artigo 23 do código penal aos agentes de segurança pública; passando a empregar o “excludente de ilicitude” em situações desnecessárias não penalizando na esfera jurídica os policiais (e militares em geral) que cometerem atos não lícitos. Isto significa, que o próprio Estado procura garantir por vias institucionais que a polícia - força letal às minorias brasileiras-haja com a plena certeza de que não será penalizada pelas suas ações violentas.

Sendo assim, podemos avaliar através de dados, relatos, notícias e estudos que o Estado é indutor da criminalidade que diz combater. O Estado justifica a porcentagem catastrófica de sujeitos reclusos no sistema carcerário (alguns injustamente e muitos sem julgamento), justifica a desenfreada quantidade de jovens violentados pela segurança pública, justifica os brasileiros desaparecidos e mortos nas mãos dos agentes da segurança pública - agentes estes que o Estado diz que estão agindo para assegurar a ordem social, mas que, visivelmente, asseguram a perpetuação do caos.

E, ainda, o Estado brasileiro, utiliza da segurança pública para responder a problemáticas sociais que suas políticas paliativas não conseguem controlar, portanto, o próprio Estado é um ordenador, responsável pela referida política, que se configura em política de morte direta aos trabalhadores, mas também indireta aos seus agentes executores de ordens (os policiais), colocados como heróis socialmente.

As vítimas diretas da política de extermínio promovida pela segurança pública brasileira, são historicamente definidas como alvo por indicativos, indissociáveis entre si, de faixa etária, gênero, raça/cor e classe social. Cabe aqui especificar que apesar de serem vitimadas, isso não as fazem serem enxergadas como tal. A mídia, nesse sentido, possui um papel importante na disseminação de múltiplas “faces” atribuídas a essas vítimas.

“Faces” que servem de justificativa para ações de extermínio disfarçadas de operações policiais em nome de uma segurança que de fato não existe. São rostos pretos, criminalizados, pejorados, com um intuito de controle dessas populações. Populações que são desumanizadas cotidianamente, o que irá justificar, operações comprovadamente ineficazes, terem como resultado, mortes, vistas como um êxito comemorável. É sob essa lógica de que jovens, crianças, pobres, negros, em suas casas, são um mal social que tem que ser exterminado da sociedade, que chacinas como as ocorridas recentemente, no Jacarezinho e Salgueiro, são colocadas como resultado, satisfatório e aceitável.

Chacinas, que são recorrentes, na história da segurança pública. A exemplos tivemos, a chacina da baixada, a maior do estado do Rio, ocorrida em 2005, que vitimou 29 pessoas, a chacina da Nova Brasília, ocorrida em duas ações policiais de 1994 e 1995, com 26 mortos. Não há como negar, que chacinas, mortes extrajudiciais, fazem parte do objetivo de operações policiais.

Além de mortes resultantes dessas ações policiais, outro resultado das mesmas se considerarmos sua ineficácia (ou “eficazes” dependendo da perspectiva de análise), é a falsa paz e segurança perpetuados em sociedade, vendida pela mídia espetaculosa. Não há paz, se temos determinados povos sendo exterminados e inseguros em suas casas.

Dentro dessa política de extermínio, uma guerra que só vítima negros e pobres criminalizados, a única forma de “inocentar” esses rostos, é pela justificativa de ser trabalhador formal, e mesmo assim, segundo a mídia televisiva vende muito, precisa haver uma investigação de que o rosto morto era produtivo socialmente e não um vagabundo. Assim a vítima precisa ser investigada após morte, para que o fato de ser trabalhador a “humanize” e mesmo assim sua morte será menos sentida socialmente, pois ocorreu por um bem maior, uma fatalidade. Um trabalhador é sempre substituível nessa forma perversa de sociedade. Logo serão outros números na somatória dessas mortes.

A pandemia chegou como algo a mais a que essas pessoas precisam sobreviver. Mesmo com as restrições do STF às operações policiais no contexto da pandemia, o extermínio do negro no Brasil, revelou sua continuidade. A lógica de guerra, do “inimigo” social a ser abatido, como sempre, foi colocada à frente, em posição de prioridade em relação ao respeito à vida. Os policiais são treinados para executarem operações de segurança pública, pensadas para terem resultados desastrosos. Agentes matam e morrem obedecendo às ordens que mascaram a perversidade das operações. Obedecer a um “bem coletivo” é mais importante do que preservar vidas pretas e pobres.

O que evidencia, um extermínio direcionado às vidas pretas, subalternizadas, empobrecidas historicamente, em que não há alternativa aparente a não ser resistir. São vidas consideradas descartáveis socialmente, que a qualquer momento podem deixar de existir, sem serem enxergadas como pessoas parte desta sociedade, sem nenhum remorso, reduzidos a tudo aquilo que não seja constitutivo de um ser humano.

Um extermínio que nem o contexto de pandemia conseguiu frear, um extermínio que deixa exposto quem é matável e descartável no Brasil.

*** Bolsista pesquisadora do PROEALC e Graduanda do curso de Serviço Social da UERJ**

**** Bolsista pesquisadora do PROEALC e Graduanda do curso de Direito da UERJ**

Referências Bibliográficas

Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 18 de dez. 2021

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637476/artigo-23-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Bolsonaro anuncia envio ao Congresso de projeto que isenta militar de punição em operações. **G1 Globo.** 21 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/politica/noticia/2019/11/21/bolsonaro-anuncia-envio-ao-congresso-de-projeto-que-preve-isencao-de-punicao-para-militares-e-policiais-em-operacoes-de-glo.ghtml>> Acesso em: 27 de fev. 2022

FOGO CRUZADO. **Fogo Cruzado.** Estatísticas. Disponível em: <<https://fogocruzado.org.br/estatisticas/>> Acesso em: 17 de dez. 2021.

FOGO CRUZADO. **Fogo Cruzado.** Relatórios. Disponível em: <<https://fogocruzado.org.br/relatorios/>> Acesso em: 17 de dez. 2021.

Operação policial no Complexo do Salgueiro (RJ) teve mais de 1.500 disparos efetuados pelos PMs. **Brasil de fato.** 29 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/29/operacao-policial-no-complexo-do-salgueiro-rj-teve-mais-de-1-500-disparos-efetuados-pelos-pms>> Acesso em: 18 de dez. 2021.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Ações da Polícia em dois meses.** CESeC: Rio de Janeiro, 2021.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **A Vida Resiste:** além dos dados da violência. CESeC: Rio de Janeiro, p. 1-46 2021.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Pele-Alvo:** a cor da violência policial. CESeC: Rio de Janeiro, p. 1-36 2021.

Rio: contrariando STF, PM faz operação com helicóptero e caveirão na Maré e no Alemão. **Brasil de fato.** 22 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/22/rio-contrariando-stf-pm-faz-operacao-com-helicoptero-e-caveirao-na-mare-e-no-alemao>> Acesso em: 17 de dez. 2021.

Agenda Acadêmica

Conferencia Regional "¿Haciadónde va el trabajo? Informalidad, digitalización y reproducción social en América Latina"

Apresentação: Tenemos el agrado de invitarles a la Conferencia Regional "¿Haciadónde va el trabajo? Informalidad, digitalización y reproducción social en América Latina" iniciativa del proyecto LATWORK (co-financiado por el programa Erasmus+ de la Comisión Europea). La conferencia se llevará a cabo el jueves 7 de abril en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires y tendrá un formato híbrido (presencial y virtual). Contará con los siguientes panelistas (adjuntamos programa completo):

PANEL 1 (10 a 12hs): El futuro del trabajo: nuevas tecnologías, informalidad y reproducción social
Aaron Benav, Universidad de Syracuse, Estados Unidos
José Dari Krein, Universidad de Campinas, Brasil
Paula Varela, Universidad de Buenos Aires, Argentina

PANEL 2 (14 a 16hs): Trabajo de plataformas: precarización y control algorítmico

ÛrsulaHuws, Universidad de Hertfordshire, Reino Unido.
Ricardo Antunes, Universidad de Campinas, Brasil
Macarena Bonhomme, Universidad Diego Portales, Chile

PANEL 3 (16.30 a 18.30hs) TrabajarenLatinoamérica: asalarización, informalidad y repulsión de la fuerza de trabajo

Juan Pablo Pérez Sáinz, FLACSO Costa Rica
Roberto Véras de Oliveira, Universidad de Paraíba, Brasil
Ricardo Donaire, UBA-PIMSA, Argentina

Habrátaduccionessimultáneadelinglés al castellano. La inscripción es libre y gratuita.

Data: 7 de abril de 2022

Para mais informações: <https://bit.ly/3BTtiYG>

IV Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira

Tema: Ciência, Democracia e Resistência

Apresentação: O IV Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira é um evento organizado pelo Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras, com apoio do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política-GEEP e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Pampa, RS, Brasil, e acontece nos dias 27,28 e 29 de junho de 2022, no formato virtual, com o tema central "Ciência, Democracia e Resistência".

O Seminário tem por objetivo promover o intercâmbio entre estudantes, professoras/es, pesquisadoras/es e demais participantes com foco interdisciplinar em diferentes áreas do conhecimento, dando conta de base epistemológica e empírica, que lançam o desafio de problematizar saberes e práticas em diversos contextos temporais, sociais e culturais da vida social.

O Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira é, desde sua primeira edição em 2015, um evento acadêmico e político de Ciências Sociais e Humanas. Nas suas três edições anteriores, foram abordados diversos temas em função da conjuntura política e social da região e do Brasil. Em 2022, os eixos articuladores do Seminário serão a ciência, a democracia e a resistência.

A edição 2022 contará com painéis abertos e especiais com convidados/as internacionais e palestras e diálogos de destaque com personalidades do campo político, acadêmico e social, além de oficinas, minicursos, grupos de trabalho, painéis de grupos de pesquisa e lançamento de livros e periódicos.

Data: 27,28 e 29 de junho de 2022

Para mais informações: <https://www.event3.com.br/desfazendosaberes/>

Lançamentos



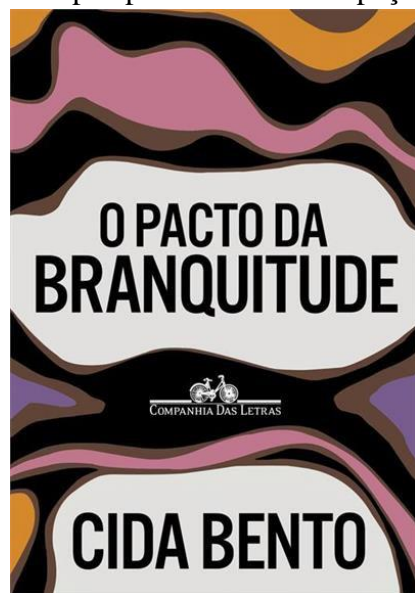
UMA HISTÓRIA POPULAR DO TERCEIRO MUNDO. Vijay Prashad. Editora Expressão Popular.2022

Sinopse: Uma história popular do Terceiro Mundo é um dos principais referenciais teóricos para o debate sobre a compreensão da geopolítica, a partir da perspectiva dos povos, ao longo do século XX. Vijay Prashad retoma a formulação do conceito “Terceiro Mundo” relacionado à constituição de um bloco de países não alinhados à polarização mundial entre as potências capitalistas, lideradas pelos EUA, e as socialistas, comandadas pela URSS. Em sua maior parte, eram ex-colônias que consolidaram esse bloco na esteira das lutas de libertação nacional e na formulação de uma política própria baseada, principalmente, na questão nacional.

Este é o quinto livro Série Sul Global, publicado em parceria com o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, cujo objetivo é resgatar o debate sobre a atualidade da categoria imperialismo para a compreensão da realidade e para as lutas dos países dependentes. Em Uma história popular do Terceiro Mundo, o autor demonstra como

os interesses das classes dominantes de cada país quase sempre prevaleceram em detrimento dos interesses populares – apoiados pelo imperialismo – e causaram fortes tensões internas.

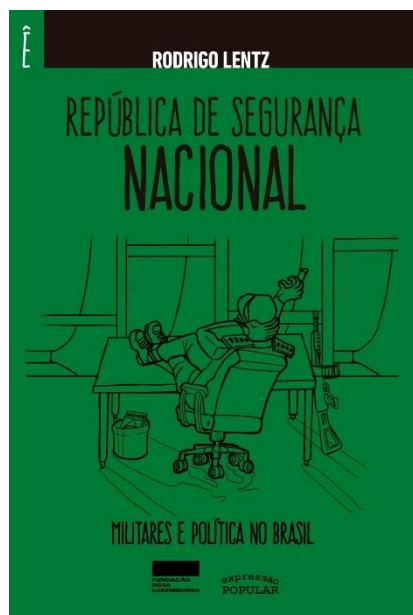
Uma referência nos cursos de Relações Internacionais, ao mesmo tempo na formação da militância social, com uma linguagem fluida e ágil, esta obra é também dirigida para pessoas interessadas em compreender a dinâmica da luta de classes ao longo do século XX, tirar lições da história e construir uma perspectiva de emancipação em seu país.



PACTO DA BRANQUITUDE. Cida Bento. Editora Cia das Letras.2022

Sinopse: Neste livro poderoso, Cida Bento, eleita em 2015 pela The Economist uma das cinquenta pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade, denuncia e questiona a universalidade da branquitude e suas consequências nocivas para qualquer alteração substantiva na hierarquia das relações sociais. Diante de dezenas de recusas em processos seletivos, Cida Bento identificou um padrão: por mais qualificada que fosse, ela nunca era a escolhida para as vagas. O mesmo ocorria com seus irmãos, que, como ela, também tinham ensino superior completo. Por outro lado, pessoas brancas com currículos equivalentes, quando não inferiores, eram contratadas. Em suas pesquisas de mestrado e doutorado, a autora se dedicou a investigar esse modelo, que se repetia nas mais diversas esferas corporativas, e a desmistificar a falácia do discurso

meritocrático. O que encontrou foi um acordo não verbalizado de autopreservação, que atende a interesses de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas. A esse fenômeno, Cida Bento deu o nome de pacto narcísico da branquitude. Neste livro, a cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) reúne sua experiência para apresentar evidências desse acordo tácito e nos convidar a deslocar nosso olhar para aqueles que, a fim de se manter no centro, impelem todos os outros à margem.



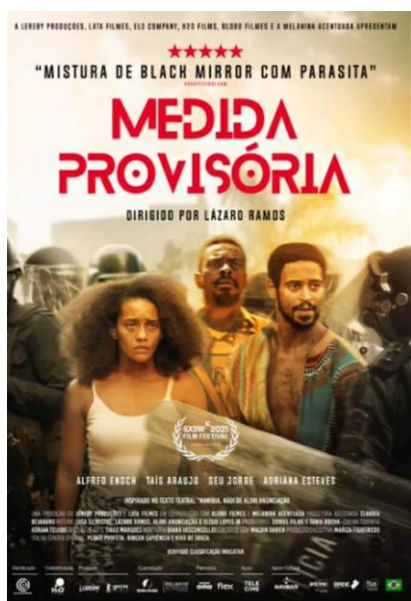
REPÚBLICA DE SEGURANÇA NACIONAL – MILITARES E POLÍTICA NO BRASIL. Rodrigo Lentz. Editora Expressão Popular.2022

Sinopse: República de Segurança Nacional: militares e política no Brasil, do professor e cientista político Rodrigo Lentz, é o mais novo volume da coleção Emergências, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo. A contribuição central do livro é a interpretação histórica da participação de militares na política brasileira com base na “Doutrina de Segurança Nacional” da Escola Superior de Guerra (ESG) desenvolvida no século XX. Como protagonistas ou como coadjuvantes, somam dois séculos de participação e politização das Forças Armadas no país. Ingenuidade seria considerar os temas militares como sendo apenas de defesa nacional.

Desde a fundação da organização militar, próxima da Independência (1822), depois na Monarquia e atuantes em toda nossa República, os militares incidiram diretamente na política nacional. Após 1930, com

seus aparelhos ideológicos constituídos, sempre em aliança com a elite local – e seu anticomunismo heterogêneo –, seguiram exercendo o papel histórico de agentes do processo político em disputa. Nada a estranhar os novos contornos, inclusive milicianos, do governo do capitão Bolsonaro.

A “Doutrina de Segurança Nacional” da ESG é tomada como base para a reflexão, pois resume o pensamento político oficial dos militares no Brasil, com uma estrutura ideológica da organização militar nacional e uma tradição doutrinária de ação política no ambiente civil. Partindo de seus termos, o autor traça algumas hipóteses de interpretação sobre a atual ocupação militar da política. Como saída, a necessidade de criar uma estratégia de educação militar para a democracia. Isso significa rompimento profundo das organizações sociais com uma cultura política que, ao mesmo tempo, bloqueia a discussão pública sobre a questão militar e convoca a participação dos militares, resultando na sua politização. De caráter panorâmico, o livro é indicado principalmente para quem busca um ponto de partida para conhecer as raízes e compreender os possíveis desdobramentos desse processo de militarização no Brasil.



Filme: MEDIDA PROVISÓRIA. Distribuidor: Elo Company. 2022

Sinopse: Num futuro distópico, o governo brasileiro decreta uma medida provisória que obriga os cidadãos negros a ‘voltarem’ à África como forma de reparar os tempos de escravidão. O advogado Antônio, sua companheira, a médica Capitú, e seu primo, o jornalista André decidem resistir, uns confinados em suas casas, outros no Afrobunker – movimento que vai lutar pelo direito de permanecerem em seu país.

Expediente

Reitor
Ricardo Lodi Ribeiro
Vice-reitora
Mário Sérgio Alves Craneiro
Pró-Reitor de Graduação
Prof. Lincon Tavares Silva
Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa
Prof. Luís Antônio C. P. da Mota
Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Profª Claudia Gonçalves Lima
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª Dirce Eleonora N. Soles
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editor
Vitor de Araujo Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
Brena da Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Jorge Eduardo da Silva Figueiredo
(PROATEC IV)
Liana Santos de Carvalho
(PROEALC/CCS/UERJ)
Pâmella Menezes
(PROEALC/CCS/UERJ)
Vitor de Araujo Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Yasmin Isadora Lessa de Araujo
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Vitor de Araujo Ferreira e Natalia Figueiredo
(PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.